

DESMINAGEM DE ESTRADAS PODE COMEÇAR ESTA SEMANA

● Trata-se de sete vias das propostas pelo CICV

Os trabalhos de remoção de minas nas sete primeiras estradas que o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) considera prioritárias para a canalização da ajuda humanitária em Moçambique, estão previstos para começar ainda esta semana.

O representante-adjunto do CICV, escritórios em Maputo, Robert Monen, disse à AIM que uma equipa técnica deixou a capital moçambicana com destino à província central de Sofala, onde vai dirigir as operações de desminagem, começando da vila de Gorongosa, sob controlo do Governo, a Canda, área controlada pela Renamo.

A operação é financiada pela Comunidade Económica Europeia (CEE), que contratou a multinacional britânica LONRHO para a execução dos trabalhos. Por seu turno, a LONRHO encarregou as operações de campo à GSG (Gurkha Security Guards).

Robert Monen acrescentou que representantes do Governo moçambicano, da Renamo e das Nações Unidas vão supervisionar os trabalhos de remoção de minas. As minas foram colocadas durante a guerra de desestabilização de que Moçambique foi vítima nos últimos 16 anos.

Outras vias que o CICV considera prioritárias são as que ligam a sede distrital da Gorongosa à "Casa Banana" (antiga central da Renamo, mas actualmente sob controlo do Governo, e onde estão acomodados numerosos deslocados), de Macossa, na província de Manica; a Maringué, actual base central da Renamo; de Maringué a Canxixe, outra área sob controlo da Renamo; a via que liga Dondo, no "Corredor da Beira", à vila de Inhaminga, em poder da Renamo, e de Inhaminga a Caia, no sul do rio Zambeze, sob controlo do Governo, de Goonda, no sul de Sofala, a Dombe, em Manica, e de Nalázi a Dindiza, na província de Gaza, no sul de Moçambique.

A desminagem destas vias rodoviárias visa fazer chegar a ajuda humanitária às populações que vivem em áreas rurais do centro do país.

ESCOLA NACIONAL DE DESMINAGEM SERÁ CRIADA ESTE ANO NO PAÍS

Entretanto, uma escola nacional de desminagem vai ser criada este ano no

país, para a formação de especialistas moçambicanos, cujo objectivo principal será o rastreamento, identificação e neutralização de engenhos explosivos armadilhados e outras actividades afins à Engenharia Militar, revelou ao "Notícias" o Brigadeiro Patrick Blagden, perito da ONU nesta matéria.

O oficial superior do Departamento das Nações Unidas para Operações de Desminagem forneceu esta informação no nosso Jornal no fim de mais uma das sessões da Comissão de Cessar-Fogo (CCF) terça-feira realizada em Maputo.

No encontro, o Governo foi representado pelo Brigadeiro João Aleixo Malunga, a Renamo pelo Major-General Hermínio Morais e as Nações Unidas pelo Tenente-Coronel G. P. Sinhá.

Patrick "Paddy" Blagden explicou que entre Agosto e Setembro deste ano a instituição de formação profissional especializada que ora está delineada para suprir as necessidades de um plano global de desminagem poderá já estar em funcionamento.

De acordo com "Paddy" Blagden, em fins deste ano a escola nacional de desminagem já estará a fornecer especialistas que vão operar em pleno para cobrirem as necessidades do país.

— Antes de mais nada, é crucial que se saiba que esta actividade implica riscos. Logo, todo o cuidado é pouco. Assim, a formação dos especialistas moçambicanos vai ter que ser cuidada, a partir de elementos meticulosamente seleccionados, sublinhou Blagden. Explicou que não se trata de um empreendimento inédito, pois as Nações Unidas já criaram sob seus auspícios instituições similares no Afeganistão e no Camboja.

— Tanto no Afeganistão como no Camboja apurámos que o sistema funciona — garantiu.

Admitiu que se vai priorizar a implantação da escola por forma a que o projecto de desminagem tenha maior

sustentabilidade, pois há muitos campos de minas em Moçambique que ainda não foram totalmente identificados e neutralizados, já que de tempos em tempos há notícias de engenhos ainda activos que usualmente detonam quando acionados por incautos transeuntes ou viaturas.

As minas em Moçambique são dificilmente detectáveis, visto que possuem poucos componentes de metal, para além de terem sido montadas em lugares passíveis de serem cobertos por meio natural, especialmente vegetação.

— Os primeiros trabalhos de desminagem vão ter que ser feitos por uma entidade experiente, dada ainda a falta de preparação de especialistas nacionais — disse o brigadeiro da ONU.

Frisou que é pertinente que, antes de qualquer abordagem profunda sobre a matéria, se faça um estudo de

viabilidade que permita conduzir à avaliação dos custos e implicações decorrentes da contratação de uma entidade experiente para a realização de um plano nacional de desminagem.

Por seu turno, Eric Lubin, porta-voz da Operação das Nações Unidas em Moçambique (UNOMOZ), revelou ao nosso Jornal que o plano nacional de desminagem ainda tem que ser traduzido para a versão portuguesa, remetido ao Governo e à Renamo para apreciação e debatido na Comissão de Cessar-Fogo, para mais tarde ser entregue à Comissão de Supervisão e Controlo para deliberação.

Confirmou que há diferença entre o contrato que foi recentemente assinado em Maputo entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a multinacional britânica LONRHO, para a desminagem de sete estradas prioritizadas pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) — com a duração de um mês — e o plano nacional de desminagem, que prevê a desobstrução de 28 estradas minadas e tem cobertura nacional.